

POVO LIVRE

O PSD É A ÚNICA ALTERNATIVA CREDÍVEL AO PODER SOCIALISTA

O 3.º Encontro Nacional dos Autarcas Social Democratas (ASD) contou com a presença de Luis Montenegro e Aníbal Cavaco Silva

11 PARLAMENTO

ANTÓNIO COSTA JÁ NÃO CONSEGUE LEVANTAR O GOVERNO

No encerramento das Jornadas Parlamentares do PSD, dia 23, no Funchal, Luís Montenegro acusa António Costa de “estar a desperdiçar a oportunidade” que lhe foi dada “pelos portugueses e também pela União Europeia”

14 LOCAIS

PSD DE GAIA EXIGE QUE SE RETIREM “CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS”

O PSD de Vila Nova de Gaia considera que a operação Babel, que levou à detenção e colocação em prisão preventiva do vice-Presidente da Câmara de Gaia, vai causar “danos irreparáveis” na reputação do município

18 REGIONAIS

DESCENTRALIZAÇÃO NÃO PODE SER “EXERCÍCIO DE DESRESPONSABILIZAÇÃO”

José Manuel Boleiro, que foi Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, assinala que “é emergente um pensamento reformista relativamente aos regimes financeiros no país, das autarquias e das regiões autónomas”

Desgoverno e Alternativa

“O PSD é a única opção de voto credível para libertar Portugal da governação socialista e de uma oligarquia que se considera dona do Estado.”

EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre



Retenho esta frase da intervenção do nosso antigo Presidente Aníbal Cavaco Silva, proferida, no passado fim de semana, no 3.º Encontro Nacional de Autarcas Social-Democratas. Não porque seja para mim uma novidade, mas, essencialmente, por ter sido proferida por uma das maiores referências da nossa democracia, um homem que liderou o Governo português durante 10 anos, no período de maior prosperidade da nossa vida democrática, e foi Presidente da República durante uma década.

Foi com esta autoridade moral que o Presidente Aníbal Cavaco Silva se impôs, em contraponto, a um primeiro-ministro que perdeu a sua autoridade e a um Governo que passa os dias a mentir. “Nunca pensei que era possível descer tão baixo em matéria de ética”, admitiu, a dada altura, num discurso duro, mas muito realista, no qual deu conta da sua verdadeira preocupação quanto ao estado atual – e ao futuro – do país.

Aníbal Cavaco Silva foi incisivo ao apontar a uma forma de governar que despreza os interesses nacionais e assenta num populismo e hipocrisia que revelam, entre outras coisas, um desnorte que justificaria um *“rebate de consciência”* por parte de António Costa e, de caminho, a apresentar a sua demissão. Foi certo ao lembrar os exemplos de António Guterres, que deixou o país no pântano, e de José Sócrates, que se demitiu quando chegamos à bancarrota, afirmando que o final da governação de António Costa irá também deixar uma pesada herança para os portugueses.

A um estado de arte da governação socialista, a todos os níveis, cirúrgico, sucedeu a apresentação do caminho a seguir pelos portugueses para um futuro de esperança: acreditar e confiar os destinos do país a um governo do PSD liderado por Luís Montenegro, que, como o próprio Aníbal Cavaco Silva afirmou, sem quaisquer hesitações, está mais do que preparado para ser primeiro-ministro. Até esse momento, o PSD deve continuar o combate político ao PS e ao seu Governo, ignorando moções de censura e outras iniciativas espúrias de outros partidos, afirmando-se como a única e verdadeira alternativa sem necessidade de anunciar ou recorrer a qualquer acordo eleitoral.

A pertinência das palavras do Presidente Aníbal Cavaco Silva mede-se pelo impacto imediato na sociedade portuguesa: por um lado, reforçando a crescente esperança que se deposita em Luís Montenegro; por outro, colocando o Governo e o Partido Socialista num autêntico estado de nervos – porque eles sabem que é em nós, em Luís Montenegro e no PSD, que cada vez mais os portugueses acreditam.

—
Faço questão em reservar espaço para manifestar o pesar pelo desaparecimento súbito do nosso companheiro Pedro Vinha da Costa, que, entre outras funções, foi deputado, vereador, presidente de junta de freguesia e antigo membro da Comissão Política Nacional do PSD. À Família, aos Amigos e a todos os que conviveram com Pedro Vinha da Costa, endereço as mais sentidas condolências.

ANTÓNIO COSTA, USE A SUA HABILIDADE PARA GOVERNAR

O Primeiro-Ministro já desistiu de governar Portugal

Luís Montenegro apelou a António Costa para que use a sua “habilidade política” para resolver os problemas de Portugal. “Faço um apelo último ao Primeiro-Ministro: use os instrumentos que tem à sua disposição. É afamado em termos de habilidade política, use-a. E convém dizer que ser hábil não é ser habilidoso. Ser hábil é resolver, ser habilidoso é ludibriar. Resolva os assuntos”, afirmou.

Na abertura do 3.º Encontro Nacional dos Autarcas Social-Democratas (ASD), dia 20 de maio, em Lisboa, dedicado ao tema “Autarquias. Que futuro?”, perante uma sala cheia de representantes eleitos pelo poder local, o Presidente do PSD criticou o “pântano político” e que tem como responsável direto o Primeiro-Ministro.

Ao longo de quase meia hora, o líder do PSD disse que “António Costa já desistiu de governar Portugal”, lamentando que o Executivo esteja a desperdiçar os instrumentos financeiros, como os fundos europeus, “para transformar Portugal” e “pagar melhores salários”.



**Se o Governo não for capaz de mudar,
o país vai ter de mudar de Governo**

Luís Montenegro





“Para a dignidade da política, era bom que terminasse esta balbúrdia política e institucional”, insistiu, ao mesmo tempo que elencou as carências na saúde, educação, habitação, investimento público, segurança, natalidade, imigração e na gestão dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Luís Montenegro reafirmou que “se o Governo não for capaz de mudar, o país vai ter de mudar de Governo”, e o PSD está preparado “para ser o protagonista dessa mudança”.

“E o país sabe que nós temos pensamento, sabe que nós temos projeto e o país sabe que temos gente e equipa, e uma grande parte da equipa está aqui nesta sala à minha frente. E nesta sala, como em muitas outras do país, nós estamos motivados, enérgicos, cheios de garra, cheios de força”, considerou.

O 3.º Encontro Nacional de Autarcas teve dois painéis: “Coesão Territorial, Descentralização e Lei de

Finanças Locais” e “Habitação - O papel das Autarquias e o PRR”.

O primeiro painel teve intervenções de Ricardo Rio, Presidente da Câmara Municipal de Braga, Olga Freire, Presidente da Junta de Freguesia da Cidade da Maia e Vice-presidente da ANAFRE, Eulália Teixeira, Líder da Assembleia Municipal de Castro Daire, Joaquim Miranda Sarmiento, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD e Manuel Castro Almeida, ex-Presidente da Câmara Municipal de S. João da Madeira.

O segundo painel contou com os testemunhos de Carlos Moedas, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto (por vídeo), Isaltino Morais, Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Fermelinda Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de Portalegre, António Leitão Amaro, vice-Presidente do PSD, e Vítor Reis, ex-Presidente do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU).





Considero que a Secretária-Geral do SIRP deve ser substituída

Luís Montenegro



Portugal está farto desta balbúrdia

Numa declaração à imprensa, esta sexta-feira, no Porto, Luís Montenegro defendeu a demissão da secretária-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) e do ministro das Infraestruturas.

“Tomei a iniciativa de transmitir, ontem da parte da manhã, ao senhor Primeiro-Ministro, que considero que a senhora Secretária-Geral do SIRP deve ser substituída”, afirmou.

Para o Presidente do PSD, a demissão de Graça Mira Gomes visa “preservar a confiança da ação dos serviços de informações”. “Não aceitando, como não acedeu, à sugestão que lhe dirigi, o senhor Primeiro-Ministro fica isolado e é o único

e exclusivo responsável pelas distorções legais e reputacionais dos serviços de informações”, apontou.

Além disso, o líder do PSD considera que a “bem da dignidade e da moralidade da política” o ministro das Infraestruturas, João Galamba, também “deve mesmo ser demitido”.

“O Primeiro-Ministro não pode esconder-se na sua agenda internacional ou de lazer quando tem a casa a arder. Para quem invocou razões de consciência, o desaparecimento significa não ter consciência do essencial”, referiu.

Luís Montenegro sublinha que “o tempo tem provado que a teimo-

sia do Primeiro-Ministro, arrogantemente instalado na sua maioria absoluta, tem contribuído para agravar o descrédito no Governo, na política e no Estado”, pelo que “o pântano político em que Portugal mergulhou é da responsabilidade única do Partido Socialista, do Governo e do Primeiro-Ministro”.

“O país está farto desta balbúrdia. É preciso pôr ordem na casa. Era preciso uma liderança forte. Coisa que infelizmente o Primeiro-Ministro não tem conseguido”, disse.

CAVACO SILVA NO ENCERRAMENTO DO 3.º ENCONTRO NACIONAL DOS ASD

“ÀS VEZES, OS PRIM APRESENTAM

É triste e penoso verificar que Port



PRIMEIROS-MINISTROS EM DEMISSÃO”

Portugal caminha para a cauda da Europa



Aníbal Cavaco Silva acusa António Costa de perder autoridade, de “não desempenhar as competências que a Constituição lhe atribui” e de governar de forma “desastrosa”, “aos solavancos”.

“Em princípio, a atual legislatura termina em 2026. Mas, às vezes, os primeiros-ministros, em resultado de uma reflexão sobre a situação do país ou de um rebate de consciência, decidem apresentar a sua demissão e têm lugar eleições antecipadas. Foi isso que aconteceu em março de 2011”, declarou.

Na sessão de encerramento do 3.º Encontro Nacional dos Autarcas Social Democratas (ASD), em Lisboa, o ex-Primeiro-Ministro salientou que o poder socialista é “incompetente”, “mentiroso” e coloca “o país na trajetória de empobrecimento”.

“É triste e penoso verificar que Portugal caminha para a cauda da Europa. E o que respondem o Governo? Habituem-se”, lamentou.

Cavaco Silva defende que “o PSD é a única opção de voto credível para todos os eleitores que querem libertar Portugal do governo socialista e de uma oligarquia que se considera dona do Estado”.

Elogiando as qualidades do líder do PSD, Cavaco Silva referiu: “O dr. Luís Montenegro tem mais experiência política do que eu tinha quando subi a primeiro-ministro, em 1985, e está tão ou mais bem preparado do que eu estava”.

Além disso, assegura Cavaco Silva, “o PSD e a sua liderança têm vindo, e bem, a denunciar os erros, os abusos de poder, as mentiras, e a falta de ética política do Governo e falta de sentido de Estado”, “o PSD tem apresentado alternativas que permitem inverter a política económica e melhorar a vida dos portugueses”.

Numa intervenção de cerca de 40 minutos, o antigo primeiro-ministro explicou ainda que decidiu aceitar o convite dos Autarcas Social Democratas por causa da “preocupação perante a trajetória de degradação da situação política, económica e social em que o país se encontra e a pesada hipoteca sobre o futuro dos nossos jovens”.

“A minha presença, hoje, aqui é uma singela homenagem aos fundadores do PSD”, frisou, acrescentando que nutre “respeito e admiração pelo trabalho realizado pela maioria dos autarcas portugueses”.



”

O PSD tem apresentado alternativas que permitem melhorar a vida dos portugueses

Aníbal Cavaco Silva





PEDRO VINHA DA COSTA

(1960-2023)

O antigo deputado na Assembleia da República e ex-vereador na Câmara Municipal de Matosinhos Pedro da Vinha Costa, eleito pelo PSD, faleceu na quinta-feira, 18 de maio, aos 63 anos, anunciou o PSD de Matosinhos.

“Com muito pesar vimos dar nota do óbito do companheiro doutor Pedro da Vinha Costa, o qual foi vereador e deputado municipal eleito pelo PSD na Câmara Municipal de Matosinhos”, lamentou o PSD de Matosinhos.

Falando numa “profunda tristeza”, o PSD de Matosinhos endereçou as condolências aos familiares e amigos de Pedro da Vinha Costa.

Pedro José da Vinha Rodrigues Costa nasceu em 15 de outubro de 1960, na freguesia de Sé Nova, em Coimbra, residia em Matosinhos.

Licenciado em Direito pela Universidade Católica do Porto, o social-democrata tinha dois filhos.

Também a Câmara Municipal de Matosinhos, liderada pela socialista Luísa Salgueiro, manifestou na sua página oficial de internet pesar pela morte do ex-vereador do PSD que assumiu este cargo entre outubro de 2013 e 2017.

No mandato que se iniciou a 21 de outubro de 2017, Pedro da Vinha Costa foi membro da Assembleia Municipal de Matosinhos, eleito

pelo PPD-PSD, liderando a bancada social-democrata.

Presidente da concelhia do PSD de Matosinhos, Pedro da Vinha Costa foi, nas eleições autárquicas de 2013, o candidato à liderança da câmara, naquela ocasião presidida por Guilherme Pinto, eleito pelo PS.

Pedro da Vinha Costa foi ainda deputado na Assembleia da República entre outubro de 1995 e abril de 2002. Foi chefe de gabinete de Luís Marques Mendes (2005 e 2006).

“A Câmara Municipal de Matosinhos lamenta profundamente o falecimento de Pedro da Vinha Costa endereçando as mais sentidas condolências à família”, sublinhou.



JORNADAS PARLAMENTARES

ANTÓNIO COSTA JÁ NÃO CONSEGUE LEVANTAR O GOVERNO

Cada semana que passa é pior que a anterior

Luís Montenegro acusa António Costa de “estar a desperdiçar a oportunidade” que lhe foi dada “pelos portugueses e também pela União Europeia”.

No encerramento das Jornadas Parlamentares do PSD, no Funchal, na terça-feira, 23 de maio, o líder social-democrata sublinhou que “cada vez mais, o Governo está a ir para baixo e não se consegue levantar”. “Cada semana que passa é pior que a anterior. Cada mês que passa é pior que o anterior. (...) O Governo já não tem capacidade, o dr. António Costa já não consegue levantar o

Governo, e é por culpa própria”, afirmou.

Luís Montenegro lembra que cabe ao chefe do Executivo assumir responsabilidades, “porque ninguém o obriga” a manter “os membros do Governo”, “ninguém o obriga a não decidir coisas”. “Ninguém o obriga a vir, com este ar cândido com que veio ontem, dizer que somos nós que queremos crises artificiais. Crises artificiais, dr. António Costa? Mas onde é que senhor anda, que terreno o senhor pisa, que pessoas é que o senhor ouve?”, questionou.

O Presidente do PSD assinalou ainda que “o poder não é eterno, o poder serve para mudar e transformar a vida das pessoas”.

“O mundo não vai acabar quando acabar o governo do PS. O país não vai acabar quando mudar de governo. Não é preciso estarem tão agarrados, estão ali como lapas, ali agarradinhos. A democracia é isto, já tiveram o vosso tempo, já tiveram a vossa oportunidade e já a desperdiçaram. Está a chegar a nossa vez, vamos estar no sítio certo para ganhar eleições e governar bem o país”, disse.

Joaquim Miranda Sarmento acusa PS de governar de forma leviana

O PSD considera que os acontecimentos dos últimos meses, em particular, da última semana, são reveladores da “forma leviana de governar” dos socialistas que usam as “instituições para proveito do Estado e do PS”, após as sucessivas polémicas por causa da gestão do dossiê da TAP e das revelações na comissão de inquérito à tutela política da companhia aérea.

Na sessão de abertura das jornadas parlamentares do PSD, no Funchal, Madeira, o Presidente do grupo parlamentar, Joaquim Miranda Sarmento, garantiu que os socialistas-democratas não deixarão de fazer um escrutínio ao Governo “ao que é abuso de poder e de uso das instituições por parte desta maioria absoluta” de António Costa.



Madeira não precisa do “socialismo praticado no continente” - Miguel Albuquerque



Miguel Albuquerque considera que “é constrangedor” assistir à “rebaldaria institucional” do Governo da República e agradeceu ao primeiro-ministro a demonstração “inequívoca” de que a região não precisa do “socialismo praticado no continente”.

“O que se tem assistido é constrangedor. É uma rebaldaria institucional que marca este Governo”, defendeu Miguel Albuquerque, referindo-se aos “rocambolescos episódios” de “lavar de roupa suja entre responsáveis políticos na Assembleia da República”.

“Há uma degradação deste Governo que se afigura irreversível e este primeiro-ministro [António Costa] não tem qualquer capacidade para

inverter a situação”, frisou o líder do PSD insular e presidente do Governo da Madeira, no encerramento das Jornadas Parlamentares do PSD.

Miguel Albuquerque vincou que “o PSD tem elevada responsabilidade de reconstruir o futuro das instituições do Estado de Direito democrático”.

“Tem a pesada responsabilidade de despartidarizar estas instituições do Estado que foram colonizadas ao longo destes anos por ‘boys e girls’ do Partido Socialista”, acrescentou.

O social-democrata agradeceu ainda ao Governo do PS a nível nacional “a grande ajuda que tem dado ao

PSD/Madeira nesta pré-campanha”.

“Eu aqui tenho de endereçar o meu respeitoso agradecimento ao primeiro-ministro. Há de facto uma capacidade de fazer a demonstração inequívoca de que a Madeira não precisa do socialismo e a Madeira não precisa deste socialismo que está a ser praticado no continente”, defendeu.

Na perspetiva de Miguel Albuquerque, o Estado está “repleto de pessoas incompetentes, amadoras, imaturas, com o poder na mão”, que o tornam “disfuncional”.

“Este PS não tem emenda e o primeiro-ministro António Costa neste momento não sabe o que fazer. Tem uma maioria absoluta, mas não sabe governar e apenas tem habilidade para os jogos de poder”, reforçou.

Referindo que a Madeira está a entrar num ciclo pré-eleitoral, o social-democrata considerou que é necessário que os madeirenses percebam que o que se está a passar na República é “a antítese daquilo que se pretende” para a região.

“Vamos para estas eleições, em coligação, com a mesma humildade que sempre tivemos e a mesma capacidade de auscultação da sociedade que sempre tivemos ao longo destes anos”, assegurou o Presidente do PSD/Madeira.

Miguel Albuquerque enfatizou também contar com a experiência e “clarividência” do líder do PSD, Luís Montenegro, para a revisão constitucional, “essencial para alargar os poderes legislativos” regionais.

E defendeu que é preciso “expurgar figuras coloniais e anacrónicas que só existem nos países terceiro-mundistas”.



OPERAÇÃO BABEL

PSD DE GAIA EXIGE QUE SE RETIREM “CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS”

Os factos indiciados pelo Ministério Público vão causar danos irreparáveis na imagem do município

Polícia Judiciária (PJ), o que está em causa nas circunstâncias atuais é o apuramento da responsabilidade política dos titulares dos cargos para os quais foram eleitos.

“À semelhança do que deveria suceder no Governo da República, a responsabilidade política pelos atos dos agentes políticos autárquicos também tem de ser assumida porque a culpa não pode sempre morrer solteira”, salientou.

No documento, o PSD venceu que apesar de ainda não existir uma condenação, nem uma acusação, os eleitos não podem, nem devem, andar “perseverantemente subjogados à suspeição ou passar o tempo na comunicação social a desdobrar-se em explicações sem nunca dos factos retirarem as devidas consequências”.

Segundo a concelhia de Gaia do PSD, os portugueses em geral, e os gaienses em particular, têm o direito de olhar para as instituições que os governam e que decidem sobre o seu quotidiano com confiança, “absolutamente expurgada de suspeição, receio ou retração”.

Contudo, acrescentou: “Neste momento, os cidadãos veem-se, infelizmente, confrontados com um pântano de degradação pública e de descredibilização da política e dos agentes políticos”.

De acordo com o PSD, nos tempos que correm, quer o primeiro-minis-

tro, os ministros, presidentes de câmara, vereadores ou titulares de cargos públicos são incapazes de assumir as suas responsabilidades políticas.

O vice-presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Patrocínio Azevedo, ficou em prisão preventiva no âmbito da Operação Babel, anunciou na sexta-feira o Tribunal de Instrução Criminal do Porto. Este processo principal da Operação Babel centra-se “na viciação de normas e instrução de processos de licenciamento urbanístico em favor de promotores associados a projetos de elevada densidade e magnitude, estando em causa interesses imobiliários na ordem dos 300 milhões de euros, mediante a oferta e aceitação de contrapartidas de cariz pecuniário”. Apesar de ficar em prisão preventiva, Patrocínio Azevedo não renunciou ao mandato.

O PSD espera, no entanto, que face às circunstâncias, nomeadamente à prisão preventiva, Patrocínio Azevedo renuncie ao mandato em “nome da responsabilidade política”.

“Mesmo sabendo que o mandato é pessoal, caso isso não venha a acontecer [renuncia ao mandato], o que só por mera hipótese se admite, então terão o presidente da câmara e o PS de retirar as devidas ilações políticas e agir em conformidade”, concluiu.

O PSD de Vila Nova de Gaia considera que a operação Babel, que levou à detenção e colocação em prisão preventiva do vice-Presidente da Câmara de Gaia, vai causar “danos irreparáveis” na reputação deste município, pedindo que se retirem as “devidas consequências” políticas.

“Os factos indiciados pelo Ministério Público são muito graves e vão, com certeza, causar danos irreparáveis na imagem do município e um rude golpe na reputação da câmara municipal, o que o PSD lamenta profundamente”, adiantou o PSD de Gaia, em comunicado.

Na visão da Secção liderada por Rui Rocha Pereira, independentemente da responsabilidade criminal que venha a ser apurada no âmbito da Operação Babel, levada a cabo pela



SENTIR O CONCELHO DE CORUCHE ESTEVE NA FREGUESIA DE FAJARDA

O sector agrícola e agroflorestal está a passar por enormes desafios

O roteiro pela Freguesia de Fajarda (atualmente agregada) iniciou com uma visita e reunião de trabalho na Empresa FolhaRobusta, Viveiros, Lda, com os sócios-gerentes Marcos Cabrita e Luís Amaral, onde discutimos o impacto do aumento dos custos energéticos, a falta de recursos humanos e as necessidades do sector agrícola, que está a passar um momento muito desafiante.

Seguiu-se uma reunião no Monte da Fajarda, com José Diogo Salema, produtor florestal e de vacas que partilhou os desafios da atividade e as principais necessidades.

Mais uma vez ficou claro que o sector agrícola e agroflorestal está a passar por enormes desafios, como a burocracia, que põem em causa



uma atividade que é fundamental para a economia do país. Esta foi uma oportunidade para a Secção do PSD de Coruche contactar com a realidade da freguesia e sobretudo de ouvir e estar com as pessoas.

Ao longo desta jornada de trabalho, o PSD Coruche e os seus eleitos na Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia inteiraram-se não só dos problemas e dificuldades, mas também de casos de sucesso e das potencialidades.

MAFRA

VERBAS DO PRR GARANTEM FINANCIAMENTO DO ARQUIVO NACIONAL DO SOM

O Presidente da Câmara de Mafra congratulou-se com a garantia de 4,5 milhões de euros do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a construção do Arquivo Nacional Sonoro (ANS) nesta vila do distrito de Lisboa.



“Reajo com satisfação por ter sido encontrado financiamento para o Arquivo Nacional Sonoro”, afirmou Hélder Sousa Silva, dia 19 de maio.

Depois da verba e terreno disponíveis, o município prepara-se para lançar, em junho, concurso para a elaboração do projeto e tenciona “lançar ainda este ano concurso para a obra”.

“Um dos objetivos era, além do Museu da Música, receber o Arquivo Nacional Sonoro, que não existe e cujos registos estão dispersos pelo país”, justificou o investimento.

Em março de 2018, a Assembleia da República recomendou ao Governo a criação de um ANS, propondo “uma estrutura interministerial alargada para a sua concretização”.

Na altura, os partidos uniram-se na aprovação de projetos de resolução do PS, PSD, BE, CDS e PEV, que recomendavam ao Governo a criação do arquivo, prometido desde 2006, com o objetivo de conservar a produção musical e registo fonográfico e radiofónico nacionais.

O projeto tem em vista a compilação, armazenamento digital, preser-

vação e disponibilização pública do património sonoro, identificando o âmbito, as necessidades técnicas, recursos e equipamentos adequados.

A etnomusicóloga Salwa Castelo-Branco, ex-vice-reitora da Universidade Nova de Lisboa, na altura, considerou “a criação de uma infraestrutura [deste tipo] fundamental”, acrescentando que, em Portugal, “já há especialistas com experiência no trabalho técnico, de curadoria e de investigação, três componentes” que considerou determinantes neste processo.

A criação do ANS foi sendo adiada desde 2006 e voltou a ser referenciada em janeiro de 2016, quando o Governo o incluiu nas Grandes Opções do Plano, o que foi visto como cumprimento de uma das promessas do programa eleitoral do PS.

A reprogramação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para o Património Cultural prevê mais 40 milhões de euros de investimento e intervenções em 29 monumentos, sítios arqueológicos e museus em todo o país. Neste âmbito, foram definidos 700 mil euros para a museologia do Museu da Música, em Mafra, um investimento de seis milhões de euros previsto para o Palácio Nacional de Mafra que já tinha tido antes verbas aprovadas do PRR.

CÂMARA DE ALCOBAÇA PREVINE OBESIDADE INFANTIL

Um projeto de controlo da obesidade infantil, desenvolvido pela Câmara de Alcobaça, rastreou quase duas mil crianças do pré-escolar e 1.º ciclo e conclui que a maioria dos alunos não tem excesso de peso.

O projeto “Estou na Linha” foi desenvolvido pela autarquia, do distrito de Leiria, em parceria com a Equipa de Saúde Escolar do Agrupamento de Centros de Saúde (Aces) Oeste Norte, face à importância de “ter a noção concreta da realidade local do concelho a nível da obesidade infantil, tendo em conta que os recentes números apontam para os 30% de crianças com excesso de peso em Portugal”, justificou o presidente da Câmara de Alcobaça, Hermínio Rodrigues.

Entre os meses de janeiro e abril foram rastreadas 1.986 crianças do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, “sendo os casos considerados de risco (com IMC - Índice de Massa Corporal superior a 95) encaminhados para o respetivo médico de família”, informou a Câmara.

Os resultados do estudo, que abrangeu 82% das crianças do jardim-de-infância e 85% dos inscritos no 1.º ciclo do ensino básico, hoje divulgados, revelam que “a grande maioria das crianças do pré-escolar (78%) e do 1.º ciclo (74%) apresenta níveis

normais de IMC”.

Das 502 crianças do pré-escolar avaliadas (de um total de 613 inscritas) constatou-se que “4% apresenta o percentil de peso abaixo do recomendado, 78% apresenta dentro dos valores recomendados, 13% apresenta excesso de peso e 5% apresenta obesidade”, pode ler-se numa nota de imprensa da autarquia.

No que toca ao 1.º ciclo, foram avaliados 1.484 dos 1.755 alunos inscritos, verificando-se que “3% apresenta o percentil de peso abaixo do recomendado, 74% apresenta dentro dos valores recomendados, 16% apresenta excesso de peso e 6% apresenta obesidade”.

Com base nos resultados, “18 crianças do pré-escolar, com percentil IMC superior a 95, foram encaminhadas para o médico de família” e outras cinco “encontram-se devidamente acompanhadas pelo que não foram encaminhadas”, refere a mesma nota.

Quanto aos alunos do 1.º ciclo, 85 foram encaminhados para o médico

de família e seis estavam também já a ser acompanhados.

“Estes resultados são motivadores e refletem, naturalmente, todo o trabalho de promoção de alimentação saudável que a Câmara Municipal de Alcobaça tem vindo a efetuar desde 2005”, afirmou o autarca, citado na nota em que exemplifica com a distribuição de fruta nas escolas (desde 2010) e a dinamização local do projeto “Heróis da Fruta”, implementado no concelho desde 2014.

Para o Presidente, “num tempo em que a alimentação e sedentarismo contribuem seriamente para estilos de vida pouco saudáveis”, cabe “aos responsáveis políticos, também como aos pais, trabalhar para inverter esta tendência”.

A obesidade infantil é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) um dos mais sérios desafios de saúde pública, estimando-se que em todo o mundo cerca de 200 milhões de crianças em idade escolar apresentem excesso de peso, das quais 40 a 50 milhões são obesas.





DESCENTRALIZAÇÃO NÃO PODE SER “EXERCÍCIO DE DESRESPONSABILIZAÇÃO”

O líder do Governo dos Açores defende que a descentralização não pode ser um “exercício de desresponsabilização” e preconizou, com a responsável pelos municípios portugueses, a revisão da Lei das Finanças Locais.

José Manuel Boleiro, que foi Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, assinala que “é emergente um pensamento reformista relativamente aos regimes financeiros no país, das autarquias e das regiões autónomas”.

O Presidente do executivo açoriano – que recebeu na segunda-feira, 22 de maio, a direção da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), no Palácio de Sant’Ana, em Ponta Delgada –, considerou que se tem de ser “mais justo na distribuição da riqueza nacional”.

“Hoje, se calhar, as maiores dificuldades de qualquer um destes poderes [regional e local] não está na necessidade de mais atribuições e competências, mas sim na disponibilidade dos recursos, com justiça e de forma descentralizada por parte do Estado”, afirmou o presidente do Governo dos Açores, de coligação PSD/CDS-PP/PPM.

José Manuel Boleiro referiu que não se pode “aceitar a descentralização como um exercício de desresponsabilização, mas sim como uma estratégia de desenvolvimento com a suficiência de recursos financeiros para o efeito”, a par da “dotação dos meios técnicos e recursos humanos respetivos”.

O chefe do executivo regional salvaguardou que, no caso dos Açores, tem defendido no âmbito da relação do Governo Regional com as autarquias locais uma cooperação técnico-financeira com “transparência, previsibilidade, regularidade e estabilidade”.

“Qualquer nova atribuição e competência tem de ter associado o envelope financeiro adequado”, sendo que “hoje há justas razões de queixa do poder local quanto aos meios financeiros disponibilizados para as atuais atribuições e competências”, disse Boleiro.



Cooperar com poder local para acelerar a mobilidade

O Presidente do Governo dos Açores desafiou ainda as autarquias a apostarem na transição e na afirmação da mobilidade suave na região, numa lógica de partilha e cooperação entre o poder regional e local.

“Todos os municípios estão disponíveis, tal como o Governo, para esta cooperação. Estamos aqui num município que tem esta visão para a transição da mobilidade elétrica”, afirmou José Manuel Bolieiro.

O chefe do executivo açoriano falava na Ribeira Grande, na ilha de São Miguel, dia 17, após a assinatura do contrato para a atribuição de Bicicletas Elétricas, Estações de Parqueamento e Carregamento Automático para o sistema público de bicicletas partilhadas da RAA “Azores eBike”.

No âmbito dos dois contratos assinados entre o Governo Regional e o município da Ribeira Grande, são disponibilizados sete pontos de carregamento para veículos elétricos no concelho da costa norte da ilha de São Miguel.

Ainda no âmbito do contrato assinado, integrado no projeto “Azores eBike”, são disponibilizadas 20 bicicletas elétricas com GPS incorporado, três estações de parqueamento e carregamento elétrico automático, e 300 cartões de utilização.

“É um incentivo para as outras autarquias seguirem o mesmo caminho na sustentabilidade. E o Governo será pró-ativo nesta mobilização do poder local aderente a essas iniciativas. Não ficaremos a aguardar.



Vamos também fazer este percurso perante todos os municípios nos Açores”, sustentou o chefe do executivo açoriano.

O Presidente do Governo dos Açores realçou que a Ribeira Grande é um município de “inovação e de rasgo para o futuro”, destacando a sinergia ente a administração regional e a autarquia no projeto de mobilidade suave.

“Vivemos hoje cada vez mais um mundo da codecisão” e da “partilha também dos resultados”, venceu José Manuel Bolieiro.

O chefe do executivo açoriano acrescentou que a mobilidade suave está a desenvolver-se para “uma lógica de partilha” no quadro da cooperação Governo e autarquias.

José Manuel Bolieiro apelou ao “bom uso” e “respeito” por estes novos meios de mobilidade suave colocados à disposição dos utilizadores.

“Aos cidadãos que planeiam a substituição da viatura térmica por uma elétrica, vamos fazer este percurso

em nome da nossa identidade e do nosso prestígio. Nos Açores a nossa relação com a natureza, a nossa identidade ligada a sustentabilidade tem história”, venceu.

O Presidente do Governo Regional adiantou que o executivo está a estudar a criação de uma aplicação na internet que permita a qualquer utilizador identificar a localização de pontos de carregamento de viaturas elétricas em qualquer ilha dos Açores.

Por sua vez, o Presidente da Câmara da Ribeira Grande, Alexandre Gaudêncio, destacou o trabalho que tem sido desenvolvido pelo município da costa norte da ilha de São Miguel para a mobilidade sustentável e considerou que os acordos assinados simbolizam “a proximidade entre o poder regional e o local”.

Segundo indicou, a autarquia já tem aprovado um plano de mobilidade urbana sustentável, que inclui, entre outras iniciativas, uma rede de ciclovias da cidade, numa extensão de 15 quilómetros que permite ter uma

modalidade modelar.

“Apresentamos na semana passada a parceiros sociais o plano para a economia circular da Ribeira Grande”, acrescentou o autarca, assinalando que o objetivo da autarquia é dar “um grande incentivo”, em particular, às novas gerações para utilização de transportes “mais amigos do ambiente”.

Alexandre Gaudêncio explicou que os pontos de ancoragem das bicicletas elétricas ficarão localizados em locais estratégicos da Ribeira Grande, nomeadamente junto aos Paços do Concelho, no mercado municipal e à Praça do Emigrante.

O município vai aprovar em assembleia municipal o regulamento de utilização das bicicletas elétricas com “a premissa de ter uma tarifa muito acessível para os residentes”, em particular para os mais jovens, para turistas e apostando ainda num novo público, os nómadas digitais, disse o Presidente da Câmara.



GOVERNO AÇORIANO EXIGE CUMPRIMENTO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO À UNIVERSIDADE

José Manuel Bolieiro exigiu ao Governo da República o cumprimento, até ao final deste ano, do contrato-programa de financiamento à Universidade açoriana (UAc) anunciado em 2020.

“Há uma situação fina que importa sensibilizar a senhora ministra [do Ensino Superior]. Há um compromisso assumido. Só há agora um passo: cumpri-lo. E cumpri-lo com honra. É isso que se espera da senhora ministra e do Governo da República”, declarou.

O líder regional (PSD/CDS-PP/PPM) falava em Ponta Delgada, onde participou no encerramento da cimeira “S3 SUMMIT: Smart Specialization Strategy”, que decorreu na Igreja de Todos os Santos.

José Manuel Bolieiro aludia ao anúncio feito em 5 de fevereiro de 2020 pelo então presidente do Governo Regional, o socialista Vasco Cordeiro, de que a Universidade dos Açores iria receber entre 2020 e 2023 um

reforço financeiro de 1,2 milhões de euros anuais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Em julho de 2022, a reitora da UAc, Susana Leal, lembrou que os “compromissos [financeiros] assumidos” pelo Governo da República, em 2020, estavam “por honrar” e que o contrato-programa nunca se concretizou.

O chefe do executivo açoriano recordou que o Governo Regional tem “honrado a sua palavra” ao apoiar a tripolaridade da UAc e insistiu na “responsabilidade do Estado” em financiar o ensino superior na região.

“O que tenho de expectativa é que a novel ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior possa repor aquela que foi uma omissão do seu antecessor e se possa afirmar pela

positiva no cumprimento de compromissos”, declarou.

Hoje, no mesmo evento, a ministra do Ensino Superior realçou que já existe uma “discriminação positiva” da Universidade dos Açores face às congéneres continentais, afirmando que os valores daquele contrato-programa anunciado em 2020 vão entrar no “bolo do novo modelo de financiamento” das universidades portuguesas.

Questionado sobre essa posição, José Manuel Bolieiro reivindicou o cumprimento daquele contrato até ao final deste ano, avisando de que “não se trata de uma discriminação”, mas de uma “valorização” da universidade açoriana.

“O que espero é que a metodologia não seja uma habilidade para adiar. Para mim, é indiferente a metodologia, seja ela qual for, desde que faça cumprir o compromisso, num calendário urgente, este ano, que já é tardio, porque isto estava prometido para 2020 e já estamos em 2023”, alertou.

Em 17 de janeiro de 2022, o então reitor da Universidade dos Açores, João Luís Gaspar, criticou o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, que se “recusou a assinar” o contrato-programa de financiamento à academia que tinha sido acordado.



PSD DOS AÇORES QUER APOIOS PARA TODOS OS AGRICULTORES

O PSD dos Açores apelou à intervenção do Presidente da República para que os agricultores açorianos sejam contemplados nos apoios do Estado para compensar o setor pelos impactos da guerra na Ucrânia e pelo aumento dos custos de produção.



“Estamos a falar de uma atitude discriminatória do Governo da República, da qual o senhor Presidente da República não pode alhear-se e apelamos por isso à sua intervenção, porque isto tem de ser corrigido imediatamente. É muito dinheiro que os agricultores açorianos estão a perder”, afirmou o líder da bancada parlamentar do PSD nos Açores, João Bruto da Costa, à margem de uma visita a uma exploração agrícola na ilha Terceira, 17 de maio de 2023.

Em causa estão duas portarias publicadas em “Diário da República”, dia 18, um “auxílio estatal em apoio da economia na sequência da agressão da Ucrânia pela Rússia” e uma “medida extraordinária de apoio aos agricultores do continente, destinada a mitigar o efeito da subida dos preços dos custos de produção para o ano de 2023”.

O secretário regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural e a Federação Agrícola dos Açores já

contestaram estes apoios, por não se aplicarem aos agricultores da região.

Para o PSD dos Açores, que integra o executivo açoriano, em coligação com CDS-PP e PPM, “estão em causa as relações do Estado com a região autónoma” e “a igualdade de todos os portugueses”, por isso o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, tem “um papel fundamental de intervenção”.

“O Presidente da República, perante uma atitude discriminatória entre portugueses, não pode deixar de ter uma palavra, também porque reconhece este dever de solidariedade nacional, que os agricultores açorianos merecem”, frisou João Bruto da Costa.

O líder da bancada parlamentar social-democrata nos Açores disse que este apoio representaria “mais de 15 milhões de euros” para os agricultores açorianos, que receberiam 56 euros por animal, nas explorações de carne, e 185 euros por

animal, nas explorações de leite.

“Esta ajuda destina-se a colmatar as dificuldades provocadas pelo aumento dos custos de produção, que como sabemos, por dificuldades de transportes, por necessidades insulares, são mais prementes nos Açores”, apontou.

João Bruto da Costa acusou o Governo da República (PS) de ter reiteradamente uma atitude “centralista”, “anti-autonomista” e “vingativa”, dando outros exemplos, como “as dívidas do furacão Lorenzo”, o “não lançamento das obrigações de serviço público” nas ligações aéreas, o programa “Apoiar Freguesias” ou “o apoio às empresas no aumento do salário mínimo”.

“É um padrão que vem sendo reiterado de comportamentos do Governo da República perante os açorianos e acontece nos últimos dois anos [quando o executivo da coligação tomou posse]. Começou com várias atitudes que são práticas reiteradas. Neste momento, os Açores

têm muito dinheiro que é devido pela República, que não é transferido e naturalmente prejudica a economia dos Açores”, salientou.

Para o deputado social-democrata, o facto de os Açores serem uma região autónoma não pode se justificar a exclusão dos agricultores açorianos destes apoios.

“Estamos a falar de um auxílio de Estado, justificado pela própria ministra, nas portarias que publica, com a necessidade, por via da insuficiência do auxílio europeu. Autorizado esse auxílio de Estado, é um auxílio nacional, é para todos os portugueses. Não há hipótese de justificar de outra maneira que não um ataque às autonomias, que tem de ser rapidamente corrigido, sob pena de estarmos aqui a ter um tratamento desigual, discriminatório e inaceitável por parte do Governo da República”, vincoou.



MADEIRA FINANCIARIA CENTRO DE INVESTIGAÇÃO ONCOLÓGICA

O Centro Internacional de Investigação do Cancro da Madeira, que foi formalizado no dia 17 de maio, vai dispor de um milhão de euros de financiamento anual para início de atividade, revelou o Presidente do Governo Regional, Miguel Albuquerque.

“A ideia é termos, nesta fase inicial, um milhão de euros por ano, para fixarmos aqui investigadores e estabelecer parcerias internacionais”, disse o governante, sublinhando que o objetivo é “garantir a fixação e o vínculo dos investigadores durante cinco anos”.

Miguel Albuquerque falava na cerimónia de assinatura do protocolo para a criação do Centro Internacional de Investigação do Cancro da Madeira (CIIC-Madeira), no Funchal, um organismo que decorre de uma parceria entre o Governo Regional, a Universidade da Madeira e o Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto (IPATIMUP), liderado por Manuel Sobrinho Simões.

O CIIC, agora organizado como associação, será financiado através de fundos europeus, do Orçamento da Madeira e de mecenas privados.

“É uma oportunidade única de a Madeira se colocar, no campo das ciências e da investigação na saúde, no topo, não só pelo prestígio do professor Sobrinho Simões e da instituição que lidera, que é talvez uma das mais prestigiadas a nível mundial, como pelo ‘know-how’ científico que vai trazer e o efeito que isso terá também na Universidade da Madeira”, realçou.

O CIIC congrega já 30 investigadores, que estão a desenvolver vários projetos, estando sediado no Hospital Dr. Nélio Mendonça, no Funchal, mas depois será transferido para o Hospital Central e Universitário da Madeira, atualmente em construção.

“O Centro Internacional de Investigação do Cancro da Madeira é um centro que vai funcionar na Madeira, mas os resultados e a investigação não são para a Madeira, são a nível internacional”, afirmou Miguel Albuquerque.

MIGUEL ALBUQUERQUE REAFIRMA APOIO DA MADEIRA AOS EMPRESÁRIOS



Miguel Albuquerque reafirmou que o executivo regional é parceiro dos empresários e criticou os setores políticos que defendem uma economia dirigida em função dos interesses do Estado.

“Nós não temos a visão que a economia começa e acaba no Estado. Quem desenvolve a economia são as empresas e os empresários e o papel do Governo é criar as condições para a prosperidade económica, para a subida do rendimento dos cidadãos, das famílias e dos funcionários e, obviamente, também dos empresários”, declarou.

Miguel Albuquerque falava na sessão de abertura do Dia do Empresário Madeirense, 19 de maio, no Funchal, uma iniciativa promovida pela Associação Comercial e Industrial do Funchal – Câmara de Comércio e Indústria da Madeira (ACIF-CCIM), cujo tema deste ano foi “O Cluster da Macaronésia”, área geográfica que agrupa a Madeira, os Açores, as Canárias e Cabo Verde.

“Nós somos um Governo favorável às empresas e é preciso dizê-lo porque, neste país, no século XXI, ainda há quem pense que a economia deve ser dirigida pelo Estado, em função dos interesses do Estado”, disse.

Miguel Albuquerque destacou vários aspetos relacionados com a estabilidade política e o crescimento económico da Madeira, vincando que o setor do turismo fechou o ano de 2022 com proveitos de 528 milhões de euros e o imobiliário com 841 milhões, ao passo que as empresas tecnológicas, cujos dados se reportam a 2021, atingiram os 521 milhões de euros.

O chefe do executivo madeirense salientou o facto de a maior obra pública atualmente em curso no país ser o Hospital Central e Universitário da Madeira, avaliado em cerca de 350 milhões de euros.

Por outro lado, disse que as medidas de diminuição da carga fiscal constituem estímulos ao crescimento económico, sendo que a região aplicou o diferencial máximo de 30% nos quatro primeiros escalões do IRS e cobra o IRC a 14,5%, sendo de 11,9% no Porto Santo e nos três concelhos do norte da ilha da Madeira (Porto Moniz, São Vicente e Santana).



Desemprego com “quebra histórica” na Madeira

O desemprego registou “uma quebra histórica” na Madeira em abril deste ano, atingindo o “valor mais baixo dos últimos 14 anos”.

Numa nota, dia 22, a Secretaria Regional da Inclusão Social e Cidadania da Madeira revelou que a Madeira teve, em abril, menos 4.055 desempregados em comparação com o mesmo mês de 2022.

De acordo com o Governo Regional, no final de abril de 2023, estavam inscritos no Instituto de Emprego da Madeira (IEM) 9.025 desempregados, o que corresponde a uma diminuição de 4,5% de inscritos face a março passado (-426 inscritos).

Citando os números divulgados hoje pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) relativos ao mês de abril, a Secretaria Regional da Inclusão Social e Cidadania disse

que “a Madeira se destaca claramente das restantes regiões, apresentando a maior redução (-31,0%) em termos homólogos, acima do Algarve (-16,6%) e dos Açores (-14,3%)”.

No mesmo documento pode ler-se que, em abril, “segundo o último indicador disponibilizado pelo IEFP, a região [Madeira] registou a 3.ª maior descida do país, posicionando-se acima da média nacional (-3,5%)”.

Também aponta que, no mês passado, “contabilizaram-se em abril menos 426 inscritos no Instituto de Emprego da Madeira”.

“Este é o valor mais baixo registado desde 2009 e assinala uma trajetória consolidada nos indicadores referentes à Madeira”, conclui a Secretaria Regional da Inclusão Social e Cidadania.





Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Director: José Mário Magalhães

Número 418 • 28 de Julho de 1982 • Preço 1300



Secretário de Estado da Administração ao "P.L."

VETAR LEI ELEITORAL SERIA OBEDECER À VONTADE DO PC

"Nesta altura a situação é muito clara: apenas o PC quer o veto à lei eleitoral. Será, portanto, lícito concluir que um veto nestas circunstâncias significa obedecer à vontade do PC" — afirmou ao "Povo Livre" o secretário de Estado da Administração Interna, a propósito da anunciada intenção presidencial de vetar a lei eleitoral.

Carlos Encarnação, que revela a intenção do Governo em efectuar uma alteração ao código eleitoral, é de opinião que o veto oposto pelo CR à lei do recenseamento foi um gesto "eminentemente político".

"Povo Livre" — Ultimamente, a opinião pública tem sido despertada para problemas ligados à legislação eleitoral. Corresponde tal facto a uma medida pontual ou a iniciativas estruturais que neste campo se empreendam?

Carlos Encarnação — O direito eleitoral é um direito primeiro da ordem jurídica do Estado. Neste sentido, quando um Estado caminha para a afirmação da democracia plena e para a

estabilidade é a ocasião de aperfeiçoar e actualizar os instrumentos jurídicos que permitam a participação dos cidadãos.

Nesta altura procedemos a uma revisão do conjunto do direito eleitoral português. Começamos pela lei do recenseamento eleitoral, seguiu-se a lei das eleições para as autarquias e ambicionamos culminar o processo com a apresentação do código eleitoral, na próxima sessão legislativa.

A lei do recenseamento era fundamentalmente caracterizada por propostas inovadoras, no sentido da facilitação do recenseamento dos portugueses residentes no estrangeiro e da facilitação, também, do desdobramento das assembleias eleitorais no território nacional, nos casos em que, por razões de distância ou de dificuldade de comunicações, se aconselhasse tal procedimento.

Procurou-se ainda, dando corpo a uma afirmação antiga do PSP, promover a efectiva igualdade de direitos e deveres de todos os cidadãos portugueses quanto ao acto do recenseamento e à sua obrigatoriedade. Apenas com a ressalva, clara, do incumprimento legitimado quanto aos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro, efectivamente integrados na comunidade jurídico-política de residência ou cuja situação fosse uma forma de prejuízo de

correntes da ordem do País de residência.

"Povo Livre" — A lei do recenseamento foi declarada inconstitucional. Qual a razão de ser e os fundamentos dessa decisão?

C.E. — A lei do recenseamento eleitoral foi objecto de um parecer da comissão constitucional que concluiu pela inconstitucionalidade do artigo 74 e que referia o perfeito enquadramento constitucional das normas respeitantes à execução dos princípios da oficialidade do recenseamento e da sua obrigatoriedade.

Entende a mesma comissão constitucional que na lei aprovada pela AR há uma obediência mais cabal e uma realização mais perfeita do primeiro daqueles princípios e salienta a isenção de censura jurídico-constitucional do sistema que da execução ao segundo princípio.

Quanto ao art. 74, de-

(Continua na pág. 4)

Tempo de antena do PSD hoje na RTP-1

O Partido Social Democrata utiliza o seu tempo de antena na RTP-1, hoje, quarta-feira, logo após o telejornal das 20H30.

O programa especialmente dedicado à acção desenvolvida pelos autarcas sociais-democratas, nele intervindo os presidentes das Câmaras da Batalha e Ourique e elementos das populações locais.

No decorrer do referido programa usará ainda da palavra o secretário-geral António Capucho.

Mendes Pimentel inaugurou novas instalações de Tribunais de Trabalho

...rigido ao
...bo e nele
...e em
...cia a visita
...de Mendes
...inaugurou
...do tribunal
...rossegando
...política há
...a pelo seu
...muito de
...eficácia e
...problemas
...situações, por
...e uma justiça
...a seja con-

...Pimentel esteve
...do Castelo onde,
...governador civil e
...os do Ministério
...das hipóteses de
...aborar as instalações do
...tribunal, ficando
...cordado que o ministério

...iria procurar, de acordo
...com as autoridades locais,
...novas instalações para os
...serviços de registo e no-
...tariado, libertando-se assim
...uma área considerável para
...a ampliação dos serviços do
...tribunal de trabalho.

De seguida, o ministro da
...Justiça dirigiu-se para
...Ponte de Lima onde, na
...câmara municipal apreciou
...os projectos de construção
...de um palácio de justiça,
...ficando decidido qual o
...modelo a utilizar, visitando
...de seguida os terrenos onde
...o futuro palácio da justiça
...será construído, após as
...negociações para a aquisição
...dos terrenos, neste
...momento em curso.

Seria no entanto, em
...Santo Tirso, onde Mendes

(Continua na pág. 3)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Fernando Condesso

**EXTINÇÃO DO CR SÓ TEM
UM SIGNIFICADO:
O PERÍODO TRANSITÓRIO
ACABOU**

Margarida Salema

VETO DE BOLSO ACABOU

(PÁGS. 6 E 11)

EDIÇÃO N.º 418 do "Povo Livre" | de 28 de julho de 1982.

"Secretário de Estado da Administração ao PL: Vetar lei eleitoral seria obedecer à vontade do PC". Carlos Encarnação falava sobre a intenção do Presidente da República, Ramalho Eanes, de vetar a lei eleitoral.

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

DISTRITAIS

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia Distrital do Porto, para reunir em sessão plenária, dia 5 de junho (segunda-feira) de 2023, às 21H00, no Auditório da CESP, sita na Avenida Central de Gandra, 1317 – Gandra - Paredes, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Apresentação do orçamento para 2023 e ratificação das contas consolidadas do partido no distrito do Porto, referentes a 2022;
 2. Informações e análise da situação política;
- Nota: Se às 21H00 não houver quórum para o início da reunião, a mesma iniciará-se imediatamente às 21H30, com o número de militantes presentes.

SECÇÕES

OLHÃO

Ao abrigo dos art.º 53.º e 54.º, dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia Plenária de Militantes da Secção Concelhia de Olhão, para reunir no dia 6 de junho (terça-feira) de 2023, pelas 21H15, na Biblioteca da União de Freguesias de Moncarapacho e Fusetas, sita na Rua da Liberdade Lote A, Fusetas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação e votação das Contas de 2022;
2. Análise da situação político-partidária, local, regional e nacional;
3. Outros assuntos.

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras, para reunir em sessão ordinária, a realizar no próximo dia 2 de junho de 2023 (sexta-feira), pelas 21H30, na sua Sede, sita na Rua 9 de Abril n.º 1.º 3.º andar, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da Situação Política;
2. Outros assuntos de interesse.

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Real, para reunir no próximo dia 15 de junho de 2023 (quinta-feira), pelas 20H30, na Sede do PSD, sita na Rua da Boavista, n.º. 11, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros Assuntos.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

CONSELHO DISTRITAL DE LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Distrital de Leiria, a realizar no dia 02 de Junho de 2023, pelas 21:30 horas, na Sede do PSD Peniche, sito na Rua Alexandre Herculano, 68 – 1.º dto, 2520 – 273 Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Outros assuntos;

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO PL

ANTERIOR 17/05/2023

CONSELHO DISTRITAL DO ALGARVE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os Conselheiros Distritais da JSD Algarve, para reunir no dia 17 de Junho de 2023, pelas 15h00, na Sede do Partido da Concelhia de Loulé, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º1, Loulé, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital do PSD Algarve;
- 3 – Análise da situação política e balanço da

atividade da Comissão Política Distrital;

- 4 – Revogação do Regulamento Interno da JSD Algarve.

Notas:

As listas candidatas, bem como a sua respetiva documentação, devem ser entregues até ao sétimo dia anterior ao ato eleitoral, na sede distrital da JSD desde que em horário laboral (Rua de São Luís 56, 8000-285 Faro), ou através de email dirigida ao Presidente da Mesa (distrital.algarve@jsd.pt);

As urnas estarão abertas entre as 15h00 e as 17h00.

- 2 – Análise da situação política atual;
- 3 – Outros assuntos;

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO PL

ANTERIOR 17/05/2023

NESD – UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Juventude Social Democrata inscritos na Universidade Lusíada de Lisboa, para o Plenário do Núcleo de Estudantes Social Democratas da referida instituição, para reunir no dia 1 de junho de 2023, das 17h às 18h, Praça São João Bosco 3B, 1350-295 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário do NESD ULL.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário/ Coordenador do Gabinete de Ensino Superior da Distrital de Lisboa, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorrerá no local supracitado.

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO PL

ANTERIOR 17/05/2023

PESO DA RÉGUA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Peso da Régua, para reunir no próximo dia 27 de Maio de 2023, pelas 18h00, na Sede do PSD de Peso da Régua, sita na Rua Dr. Maximiano de Lemos, Edif. Pombinhos, n.º 2, Peso da Régua, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação e discussão do Plano Anual de Atividades;